



SMILANSKY, Saul. *10 Paradoxos Morais*. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2011. ISBN: 9788563876003

Andre Gustavo De Fiore*

Mestrando em Teologia pela PUC/SP

Nesta obra, o professor do Departamento de Filosofia da Universidade Israelense da Cidade de Haifa, Saul Smilansky aborda a filosofia moral sob a ótica dos paradoxos, fazendo com que o leitor reflita sobre a licitude ou moralidade de certas formas de pensar que, aparentemente, contradizem a lógica ou a forma comum de se refletir sobre o assunto.

Originalmente intitulado “10 Moral Paradoxes”, o livro foi traduzido para o português e publicado pela Editora Tinta Negra e, logo no seu início, introduz a questão paradoxal com o seguinte exemplo: “Se Deus é todo bom, todo-poderoso e onisciente, como pode haver tanto sofrimento e tanto mal no mundo?”

Conforme descreve o autor, a questão paradoxal é bem conhecida no âmbito da lógica, metafísica e outras reflexões filosóficas, porém, pouco explorada na questão da filosofia moral, o que motivou a reflexão contida na obra. Ressalva ainda que, apesar da importância do tema para esse ramo da filosofia, sua visão sobre os paradoxos morais apresentados e sua relevância não são consenso entre os filósofos morais.

Ainda nesse contexto, Smilansky afirma que os paradoxos morais, apesar de intrigantes no pensar filosófico, podem representar agressivas ameaças às estruturas morais tradicionais, às teorias éticas e à paz de espírito individual. Daí a sua relevância na reflexão filosófica.

Dividido em 12 capítulos o texto apresenta um conjunto de paradoxos, identificados por Saul, e seus reflexos no pensamento da moral, sendo que a estrutura da construção das ideias permite a leitura independente de cada capítulo, mesmo fora da ordem organizada na obra, tendo em vista que o objetivo do autor foi tratar cada um de forma independente e livre de termos filosóficos mais complexos, tornando o livro acessível também àqueles leitores sem aprofundamento filosófico.



Contudo, durante a leitura do livro, apesar dessa preocupação do autor em tornar o tema acessível até mesmo aos não introduzidos na filosofia, é possível verificar certas dificuldades que os não iniciados encontrariam na apreciação da obra.

Uma delas é a questão metodológica utilizada. Toda reflexão introduzida no texto apresenta o uso de premissas para compreender e apontar a existência da questão paradoxal o que caracteriza o emprego do método dedutivo. Apesar disso, em muitos casos o paradoxo depende do caráter empírico e subjetivo, onde, a experiência pessoal é que determina a premissa para o paradoxo, o que indiretamente requer a compressão indutiva.

Outro ponto é a veracidade de certas premissas para confirmar o paradoxo. Uma leitura mais desatenta simplesmente confirmaria o paradoxo com base nas premissas apresentadas. Contudo, uma análise mais criteriosa permitiria dizer que tais premissas nem sempre estariam presentes em um caso real, o que comprometeria a reflexão. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, no capítulo 2 da obra “O paradoxo da Demissão Benéfica”.

Por fim, outra dificuldade apresentada é a contextualização dos temas que, mesmo com poucos termos filosóficos e técnicos necessitam de certa relação com outros elementos da filosofia e até mesmo da teologia para melhor compreender a abordagem apresentada.

É claro que esses argumentos críticos apresentados não diminuem em nada a reflexão do autor, pelo contrário, abre espaço para novas reflexões e aplicabilidades dos temas propostos, o que, de certa forma, enriquece a obra.

Diante dessa apresentação é possível então tecer um resumo do texto iniciando pelo capítulo 1: “Feliz infortúnio”. Nesse capítulo a reflexão gira em torno dos infortúnios da vida e a felicidade.

Será que um infortúnio inicial que gera sofrimentos enormes a uma pessoa e que permite superação por parte desta e tal superação faz com que a mesma se destaque na sociedade (no esporte, negócios, etc.) em relação aos demais indivíduos, pode realmente ser considerado um infortúnio? Será que esse sofrimento não seria uma sorte para o indivíduo?

Nessa reflexão o autor apresenta argumentos e critérios que permitem reavaliar a forma de se pensar a própria vida e a dos outros, também na questão moral.



Já o capítulo 2 trata do paradoxo da demissão benéfica, ou seja, perder o emprego, que aparentemente seria uma coisa ruim e problemática, não poderia ser uma coisa boa tanto para o indivíduo quanto para a sociedade? O caso de um mal profissional, por exemplo, que decida pedir demissão por constatar que não está apto ao cargo ou que existam profissionais melhores não está fazendo um bem a si próprio e aos outros ao invés de um mal?

Em seguida, o autor trata da severidade da punição e intitula o capítulo 3 com “Dois paradoxos sobre a justiça e a severidade da punição”. Entre outros elementos, o texto trata da dissuasão, ou seja, promessas de castigos que diminuirão a criminalidade, tendo em vista o medo da punição severa. Nesse contexto, os paradoxos são apresentados: o da menor punição para os menos favorecidos e maior punição para os mais favorecidos (em caso de igualdade de ações), mesmo que isso seja contrário à ideia da dissuasão. Por fim, o capítulo discute a questão do castigo, que é sempre ruim para a sociedade e deve ser minimizado.

Na sequência, a obra aborda, em seu capítulo 4, o paradoxo da chantagem como solução para certos problemas e também como ato lícito mesmo que pareça imoral.

Aqui o professor de filosofia apresenta argumentos sobre certa permissividade das ameaças e ofertas da chantagem em relação entre moralidade e lei e aponta o paradoxo da legitimidade do ato, onde, em certos casos a chantagem comum é menos imoral do que o ato cometido pelo chantageado. “A ‘chantagem comum’ é coercitiva, danosa, humilhante, exploradora, parasita e invasora, como muitas outras práticas sociais. Nada tem de ruim em especial. Paradoxalmente, o que a distingue é que produz pouco ou nenhum bem”.

Já o capítulo 5, retoma o conceito das punições e apresenta “O Paradoxo da Não Punição”. Se a dissuasão for suficientemente forte para evitar os crimes, não haverá necessidade de punição, contudo, essa dissuasão precisa apresentar uma punição excessiva para se evitar os crimes.

Nesse caso, se não há crime não há necessidade de punição, ao contrário, se alguém cometer certo delito sofrerá punição severamente excessiva, ou seja, terá que arcar com uma penalidade muito superior ao ato cometido. Para ilustrar o tema, o autor coloca como exemplo das multas de trânsito na Finlândia, que aplica as penalidades de acordo com a renda do



infrator, “de forma que mesmo os super-ricos não se veriam tentados” ao ato. Isso de certa forma é um paradoxo, pois o mesmo ato sofre punições diferentes.

Em seu capítulo 6, a obra trata do “não sentir pena dos moralmente ruins”. É permitido, moralmente, ficar indiferente ou até feliz com a punição, mesmo que exagerada, daqueles moralmente ruins?

Nesse contexto Saul afirma que apesar da ausência de pesar provocar danos e colaborar em muito com os males da história, em alguns casos, a moralidade aprova a ausência de sentimento de pesar e até mesmo a felicidade com a pena dos moralmente ruins.

Um dos paradoxos mais complexos apresentados pelo livro surge no capítulo 7, “O Igualitarismo de escolha e o Paradoxo da Linha de Referência.” Nesse caso o paradoxo afirma que todos tem o mesmo potencial, o que diferencia o sucesso do fracasso são as escolhas feitas pelo indivíduo. Nesse caso, aqueles que não têm a possibilidade de escolha deveriam ser mais bem sucedidos em relação àqueles que a tem, pois não possuem opção. O que é um paradoxo na reflexão filosófica.

Um capítulo muito interessante é o oitavo. Nele se discute a “Moralidade e o Valor Moral”. Logo no início vem a pergunta: “Se o ambiente social fosse organizado para que a maioria das pessoas pudesse ser moralmente boa com relativa felicidade, isso seria bom?”

A partir dessa introdução, o autor sugere que uma sociedade sem uma moral organizada e institucionalizada poderia ser mais virtuosa do que uma sociedade que impõe valores morais, pois, o indivíduo buscaria naturalmente o “Valor Moral”, ou seja, uma moral livre e consciente.

Para discussão são apresentados dois mundos hipotéticos: “O mundo bem organizado de moralidade mínima” e “O mundo mal organizado que exige desnecessária moralidade”.

Os capítulos 9 e 10 tratam do “Paradoxo da queixa Moral” e do “Preferir não ter nascido”. No primeiro, o paradoxo demonstra que “em termos morais, um indivíduo não pode se queixar quando o tratam da mesma maneira que ele trata os outros”, apesar da queixa ser legal. O último trata do paradoxo de preferir não ter nascido mesmo que tenha motivos para continuar a viver (De certa forma é o contrário do “Feliz Infortúnio” apresentado no capítulo 1 da obra).



Os capítulos finais da obra, 11 e 12, tratam do conceito filosófico do paradoxo e de sua real existência. Aqui, o autor coloca os paradoxos sempre como problemas a serem resolvidos, contudo, não devem ser evitados e sim refletidos, pois podem ser males que, de certa forma, vêm para bem, seja ele para crescimento individual ou social.

Concluindo a presente síntese da obra, é possível verificar que o autor não tem o intuito de esgotar a questão dos paradoxos morais, tampouco explicar e resolver por completo cada um deles. Pelo contrário, como coloca no final da obra, os paradoxos vêm e vão de acordo com a evolução social.

Como qualquer obra filosófica o texto proporciona certa inquietação e abre horizontes para novas reflexões na tentativa de solucionar os paradoxos (o que é nítido no pensamento do autor quando conclui a obra). Cada capítulo se torna um problema de pesquisa à parte que desperta questionamentos e merecem ser refletidos. São esses “quebra-cabeças” intelectuais que valorizam a obra.

Assim, aproveitando a deixa da continuidade, fica aqui uma sugestão: Não seria esse um tema teológico interessante? Como a teologia moral poderia contribuir para a solução de tais paradoxos? A reflexão teológica apresentaria outras formas de raciociná-los?

Sem dúvida o tema, apesar de tratado de forma filosófica na obra, encaixa-se diretamente na teologia, o que justifica sua reflexão nessa área do saber.

* Mestrando em Teologia pela PUC/SP.